

Principais medidas de política econômica no trimestre

POLÍTICAS FISCAL E MONETÁRIA

Circular nº 2.969, de 14 de março de 2000, do Banco Central do Brasil
(Diário Oficial da União nº 51-E, de 15 de março de 2000)

Reduz de 65% para 55% a alíquota do recolhimento compulsório e do encaixe obrigatório sobre recursos à vista dos bancos múltiplos com carteira comercial, bancos comerciais e caixas econômicas, conforme Circular nº 2.700, de 28 de junho de 1996.

**Emenda Constitucional nº 27, de 21 de março de 2000,
dos Atos do Congresso Nacional (Diário Oficial
da União nº 56-E, de 22 de março de 2000)**

Acréscita o art. 76 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo a desvinculação de arrecadação de impostos e contribuições sociais da União e determina que 20% da mesma arrecadação não poderão ser vinculados a órgão, fundo ou despesas no período de 2000 a 2003. A desvinculação desses recursos não reduzirá a base de cálculo das transferências a estados, municípios e ao Distrito Federal.

**Lei n.º 9.964, de 10 de abril de 2000, dos Atos do Poder Legislativo
(Diário Oficial da União nº 70, de 11 de abril de 2000)**

Institui o Programa de Recuperação Fiscal (Refis) e dá outras providências e altera as Leis nºs 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.844, de 20 de janeiro de 1994. O Refis destina-se a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal e pelo Instituto Nacional do

Seguro Social (INSS), com vencimento até 29 de fevereiro de 2000, constituídos, ou não, e inscritos, ou não, em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos. A administração do Refis será de responsabilidade de Comitê Gestor, com competência para implementar os procedimentos necessários à execução do Programa.

Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, dos Atos do Poder Legislativo (Diário Oficial da União nº 86, de 05 de maio de 2000)

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, bem como cria procedimentos para a instituição de um regime fiscal-disciplinar, calcado em mecanismos de controle do endividamento e das despesas públicas, assim como em normas coercitivas e de correção dos desvios fiscais porventura verificados. Estão sujeitos ao cumprimento dessa lei a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, e neles estão compreendidos os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público.

Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000, dos Atos do Poder Legislativo (Diário Oficial da União nº 91, de 12 de maio de 2000)

Sanciona o Orçamento Geral da União para o exercício financeiro de 2000.

Decreto nº 3.473, de 18 de maio de 2000, dos Atos do Poder Executivo (Diário Oficial da União nº 100, de 25 de maio de 2000)

Dispõe sobre a compatibilização entre a realização da receita e a execução da despesa, sobre a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo para o exercício de 2000, bem como determina a redução nas despesas na soma de R\$ 7,46 bilhões e reestima a receita total em R\$ 181,65 bilhões, alterando a Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000.

**Circular nº 2.983, de 07 de junho de 2000, do Banco Central do Brasil
(Diário Oficial da União nº 110-E, de 08 de junho de 2000)**

Reduz de 55% para 45% a alíquota do recolhimento compulsório e do encaixe obrigatório sobre recursos à vista dos bancos múltiplos com carteira comercial, bancos comerciais e caixas econômicas, conforme Circular nº 2.700, de 28 de junho de 1996.

AGRICULTURA

**Resolução nº 2.700, de 14 de março de 2000, do Bacen
(Diário Oficial da União, nº 51, de 15 de março de 2000)**

Dispõe sobre a repactuação do vencimento das parcelas de financiamento de custeio agrícola de arroz da safra 1999/2000.

**Resolução nº 2.703, de 14 de março de 2000, do Bacen
(Diário Oficial da União, nº 51, de 15 de março de 2000)**

Dispõe sobre prorrogação de vencimento de crédito de custeio e concessão de rebate em operações de crédito de investimento de miniprodutores e de pequenos produtores rurais.

**Resolução nº 2.704, de 14 de março de 2000, do Bacen
(Diário Oficial da União nº 51, de 15 de março de 2000)**

Prescreve sobre concessão de crédito direto a cooperado e encargos financeiros, no âmbito do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop), de que tratam a Medida Provisória nº 1.961-20, de 2000, e o Decreto nº 2.936, de 1999.

**Resolução nº 2.713, de 07 de abril de 2000, do Bacen
(Diário Oficial da União nº 69, de 10 de abril de 2000)**

Dispõe sobre financiamentos rurais ao amparo de recursos da Linha de Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural (Agregar), do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

**Portaria nº 153, de 27 de abril de 2000, Ministério da Agricultura e do
Abastecimento (Diário Oficial da União nº 82 de 28 de abril de 2000)**

Declara em seu art. 1º a zona formada pelos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina como zona livre de febre aftosa, sem vacinação.

**Resolução nº 28, de 04 de maio de 2000, do Ministério
do Desenvolvimento Agrário (Diário Oficial
da União nº 88, de 09 de maio de 2000)**

Dispõe sobre alocação de recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária — Banco da Terra — no Banco do Brasil S/A, para ser aplicado nos municípios que integram a Associação dos Municípios do Planalto Médio (Amuplan), no Estado do Rio Grande do Sul, no âmbito do Programa Banco da Terra.

**Resolução nº 29, de 04 de maio de 2000 do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Diário Oficial da União nº 88
de 09 de maio de 2000)**

Discorre sobre alocação de recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária — Banco da Terra — no Banco do Brasil S/A, para ser aplicado nos municípios que integram a Associação dos Municípios da Região Central do Estado do Rio Grande do Sul (AMCENTRO), no Estado do Rio Grande do Sul, no âmbito do Programa Banco da Terra.

Resolução nº 30, de 04 de maio de 2000, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Diário Oficial da União nº 88, de 09 de maio de 2000)

Dispõe sobre alocação de recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária — Banco da Terra — no Banco do Brasil S/A, para ser aplicado nos municípios que integram a Associação dos Municípios da Zona Centro-Sul (AMZCS), no Estado do Rio Grande do Sul, no âmbito do Programa Banco da Terra.

Medida Provisória nº 1.961-23, de 26 de maio de 2000, dos Atos do Poder Executivo (Diário Oficial da União nº 101, de 28 de maio de 2000)

Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop); autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e dá outras providências.

INDÚSTRIA

Resolução nº 002699, de 24 de fevereiro de 2000, do Banco Central do Brasil

Institui o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras, ao amparo de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), destinado ao financiamento de itens de investimento.

**Resolução nº 002748, de 29 de junho de 2000,
do Banco Central do Brasil**

Dispõe sobre o Programa de Incentivo à Mecanização, ao Resfriamento e ao Transporte Granelizado da Produção de Leite (Proleite) instituído pela Resolução nº 2.618, de 1999.

**Resolução nº 002754, de 29 de junho de 2000,
do Banco Central do Brasil**

Cria o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Vitivinicultura, ao amparo de recursos administrados pelo BNDES.

**Medida Provisória nº 1.939-29, de 26 de maio de 2000, dos Atos
do Poder Executivo (Diário Oficial da União, de 28 de maio de 2000)**

Restaura a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros e ao uso de portadores de deficiência física, reduz o Imposto sobre Importação para os produtos que especifica; e dá outras providências.

**Ato Declaratório 02/00, de 02 de março de 2000, dos Atos do Conselho
Nacional de Política Fazendária (Confaz)**

Altera o Convênio 52/91, de 26 de setembro de 1991, que concede redução da base de cálculo nas operações com equipamentos industriais e implementos agrícolas.